PROJETO DE LEI Nº 725, DE 2024

Institui a gratuidade do serviço de transporte coletivo sobre trilhos e intermunicipal metropolitano para as pessoas com deficiências ocultas ou não visíveis.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica assegurado às pessoas com deficiências ocultas ou não visíveis o direito ao transporte sobre trilhos – Cia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e intermunicipal metropolitano coletivo - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) de forma gratuita.

Parágrafo único - Para aplicação dessa lei, considera-se deficiência oculta ou não visível aquela não identificada de maneira imediata pela população em geral.

Artigo 2º – O acesso do beneficiário será realizado através de bilhete eletrônico de uso pessoal e intransferível.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa assegurar o direito à gratuidade do serviço de transporte coletivo sobre trilhos e intermunicipal metropolitano para as pessoas com deficiências oculta ou não visíveis. Tal medida é de fundamental importância para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para esse segmento da população, que enfrenta diversos obstáculos para a sua participação plena e efetiva na sociedade.

A garantia do transporte gratuito se baseia no princípio da equidade, buscando eliminar as barreiras que impedem a mobilidade e o acesso a serviços e atividades essenciais, como saúde, educação e lazer.

Dessa forma, a aprovação deste projeto de lei é essencial para a promoção da inclusão social e a garantia de direitos às pessoas com deficiências ocultas ou não visíveis, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os cidadãos.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 7/10/2024.

Oseias de Madureira - PSD